

# A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS DE COTAS NO BRASIL

Mirian Yarandasa Cruz Santos

O Brasil é um país onde imperam as desigualdades sociais. Estas advêm de longos processos históricos de colonização dos primeiros habitantes, os indígenas e do tráfico e escravização de civilizações africanas e seus descendentes. Segundos pesquisas<sup>1</sup> anteriores à implantação das cotas no Brasil, apenas 2,2% de pardos e 1,8%, entre 18 e 24 anos, cursavam ou tinham concluído um curso de graduação. Era evidente que, por causa da tonalidade da pele ou condição social, a uma imensa parcela da sociedade era impedido o acesso ao ensino superior. A questão das Políticas de Cotas, como marco de reparação histórica pelo Estado que tem arraigado em suas práticas permeado por discriminação e práticas racistas, apesar do Princípio Constitucional “Todos são iguais perante a lei”.

Quando nasce, em 2003, a política de ações afirmativas por reservas de vagas, conhecida como Políticas de Cotas, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ estabeleceu percentual de vagas para negros e carentes, provocando vários debates em torno dessa decisão. Até hoje há setores radicalmente contra. Um dos questionamentos é a suposta formação debilitada no Ensino Fundamental e Médio que fariam com que os cotistas não tivessem capacidade de concluir o Ensino Superior. Sem querer aqui entrar no embate entre contra e a favor, debate constante em nossa sociedade, não poderia deixar de registrar que o que realmente imperou nos opositores foi o Racismo. Se refletirmos sobre o ponto de vista do que foi quase meio milênio de exploração, opressão e genocídio dos povos indígenas e africanos e seus descendentes.

As atrocidades sofridas pelas populações indígenas e negras são incalculáveis e impossíveis de dimensionar. Afirmo que a política de cotas é muito importante, além de ser um avanço efetivo, mesmo que tímido, e minimamente uma reparação histórica na política educacional em nosso país. Antes das políticas das cotas, a possibilidade de disputa em uma Universidade Pública era imensamente concorrida e inacessível para esses grupos. Posteriormente foi ampliada essa política para estudantes oriundos de escolas públicas e deficientes, possibilitando entrada de maior número de jovens oriundos dos grupos sociais historicamente discriminados.

1 Revista online Fórum março 2014.

## Seção Treinel

Realizaram várias pesquisas<sup>2</sup> e foi possível verificar que os cotistas entraram na Universidade com maior motivação e com desempenho acima da média, mostrando que é possível modificar paradigmas, permitindo que o Estado, a Sociedade e a Universidade reconheçam a importância das cotas, dando oportunidades para que sejam construídos sujeitos capazes de reescrever sua própria história, onde a discriminação, o preconceito e as diferenças étnico sociais não sejam um fator para negar o acesso aos ensino superior público no Brasil.

Infelizmente há relatos de universitários que denunciam discriminação nas universidades públicas, alguns reclamam que os não cotistas acham que foi tirada vaga de estudantes brancos, que eles consideram mais capacitados para ocupar essas vagas.

Devemos lembrar que após conquistarmos as cotas nas universidades, lutamos novamente para o ingresso no setor público onde foram realizados estudos que analisaram perfis das pessoas que eram servidoras públicas nos últimos 10 anos. Concluiu-se que no ano de 2004 apenas 22% eram negros.

Já em 2013, o índice atingiu cerca de 30% do quadro funcional. Algo impensado em um país como o nosso, onde reside a maior população negra fora do continente africano. As cotas visam combater essa desigualdade, tratando os iguais como iguais e os desiguais como desiguais. (Nádia Marinho, Semovente/2016).

As políticas de cotas são uma realidade no mundo inteiro, somente aqui no Brasil as cotas geram tanto burburinho e discussões. Realizando pesquisa, verificou-se que a Índia adota este processo desde a década de 30 pelo líder dos Dalits, também conhecidos como intocáveis, a casta mais baixa e discriminada da Índia. A história está no livro *Inclusão Étnica e Racial no Brasil* escrita por José Jorge de Carvalho, prof. de antropologia da UnB. As cotas da Índia estão presentes na Constituição de 1949, funcionam até hoje e são obrigatórias no serviço público, na educação e em todos os órgãos estatais.

As cotas também estão presentes nos Estados Unidos, Malásia, África do Sul e Canadá que inclusive tem cotas no parlamento para os esquimós. Existentes também na Nova Zelândia, na Colômbia e Austrália cujo sistema beneficia os aborígenes.

A inclusão social é sinal de avanço de novas perspectivas. Não aceitá-las significa total retrocesso. Na verdade, o princípio das cotas versa sobre igualdade de oportunidade e não capacidade.

Assim, torna-se evidente que a ampliação da cidadania é a medida que atende aos princípios Constitucional Brasileiro.

<sup>2</sup> Segundo a pesquisa da Prof<sup>a</sup>. Teresa Olinda Caminha Bezerra e do Prof. Cláudio Gurgel, realizada em agosto de 2011, os estudante cotistas derrubam o mito preconceituoso de que cairia o nível dos cursos da UERJ. De forma espetacular superaram o mito do "nível" da barreira histórica do ensino precário, também foi constatado com o estudo da evasão, que o abandono de curso dos alunos não cotista é maior que os alunos de cota na UERJ. Revista Fórum 04/2014.

## REFERÊNCIA

CARVALHO, José Jorge Inclusão Étnica e Racial no Brasil. A Questão das Cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

<http://www.revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/> acessado em 20/10/2016.

<http://www.semovente.com.br/2016/04/5-razoes-para-ser-favor-das-cotas-raciais/> acessado em 20/10/2016.